

Psicanálise e Universidade: das relações entre a Psicologia Clínica e a Psicanálise na França

Fernando Aguiar

Universidade Federal de Santa Catarina

Resumo

Este artigo constitui uma primeira apresentação da pesquisa que realizamos sobre as relações, “conflituosas, mas não demoníacas”, entre a Psicologia Clínica e a Psicanálise na França. Resultado parcial e introdutório portanto, com este artigo pretendemos justificar o exame do tema, através de uma visão panorâmica e histórica, e apresentar a metodologia da pesquisa. Esta pesquisa, por sua vez, insere-se no quadro de um projeto mais amplo que busca examinar, crítica e historicamente, o ensino e a pesquisa da Psicanálise na Universidade.

Palavras-chave:

Psicologia Clínica, Psicanálise, universidade.

Abstract

Psychoanalysis and university: On the relationships between clinical psychology and psychoanalysis in France

This article constitutes a first presentation of our research on “conflicted, but not demoniac” relationships between clinical psychology and psychoanalysis in France. This is a partial and introductory outcome therefore. With this article we intend to justify the examination of the theme, through a panoramic and historical vision, and to present the methodology of this research. This article is committed to the broader project engaging an ongoing critical and historical examination on research and education psychoanalysis at university institution.

Key words:

clinical psychology, psychoanalysis, university

... ne vous attendez pas maintenant à entendre la bonne nouvelle que le combat pour la psychanalyse est arrivé à son terme et s'est terminé par sa reconnaissance comme science, par son admission comme matière d'enseignement à l'université (*Freud, Nouvelle suite des leçons d'introduction à la psychanalyse, 1933/1996*)

Este é um relato da constituição, desenvolvimento e coleta dos primeiros dados de uma pesquisa cujo tema, em sua generalidade, é anunciado já no título. Em particular, retomamos e confrontamos autores que, inscrevendo-se na tradição de língua francesa sobre psicologia clínica e psicanálise, testemunharam e refletiram sobre esta conjunção, ocorrida na universidade (Paris VII) a partir de 1949, e alvo, nos anos sessenta, de discussões que ainda se prolongam. Chamou-nos atenção a rala bibliografia específica a respeito, em sua maioria composta de artigos condenados ao ostracismo das estantes de bibliotecas, inclusive porque nunca utilizados pelos autores como anúncio (ou prenúncio) de vãos mais altos.

Como veremos adiante, enquanto historiadora da psicanálise francesa, Roudinesco (1986) deu atenção especial ao tema, e alguns desses artigos foram mesmo por ela revisitados. Mas, integrando, ainda que decisivamente, obra extensa e abrangente, seu interesse para o leitor não-advertido tende a se relativizar. De certo, a experiência francesa, que evidenciou como nenhuma outra os impasses dessas relações “conflituosas, mas não demoníacas” (Gagey, Gory & Miolan, 1983, p. 310), deve interessar sobretudo aos que na universidade estão implicados com ensino e pesquisa em psicanálise; e que pensam que a provável ilusão do voto de Freud na epígrafe acima foi-lhe vital e fecunda: uma “miragem científica” (Castoriadis, 1978, p. 29) que resultou “numa disciplina em si, cujos valores de verdade lhe são próprios, um instrumento de exploração e de conhecimento original...” (Atlan, 1986, p. 207), inventada e construída fora da academia. Na França, durante anos a integração da psicanálise à universidade ocorreu - na esteira da luta dos psicólogos por autonomia científica e exercício profissional independente - como suporte teórico e metodológico para a psicologia clínica. A partir de 1968, com Lacan e com a

reformulação da universidade francesa, criou-se um Departamento de Psicanálise em Paris VIII.

Entre nós é um fato que os psicanalistas - acompanhando de perto a estruturação da Pós-Graduação no Brasil, que possibilitou a partir dos anos oitenta a crescente expansão da psicanálise na universidade (Mezan, 1999) - cada vez mais têm se interessado em ali ocupar um lugar, o que constitui “um campo de experimentação novo e problemático” (Fleig, 1998, p. 29). Mas talvez seja arriscado dizer que (em todos os lugares, e até mesmo nos grandes centros) isso não se faça mais “de forma velada e travestida em psicologia clínica ou outra denominação adocicada” (p. 29) - como se a “boa notícia” de que fala Freud tivesse enfim se realizado. A experiência (institucional) de Vincennes-Paris VIII não se multiplicou em nosso país; de modo que a implementação de seu modelo, não importa onde isso ocorreu na universidade brasileira, deu-se notadamente nos Departamentos de Psicologia (Roudinesco & Plon, 1997, p. 149), e sobretudo pela via da psicologia clínica. Nesse sentido, considerando a situação atual, a experiência singular de Paris VII aparece-nos como paradigma dos impasses e questões, sobretudo institucionais, que giram em torno do ensino psicanalítico universitário.

Da construção de um tema de pesquisa

O termo “psicologia clínica” teria sido empregado uma primeira vez, em 1896, pelo psicólogo americano Witmer, ao fundar na universidade de Pensilvânia, e depois de se formar com Wundt na Alemanha, uma *psychological clinic*. Na França, entre 1897 1901, Hartemberg e Valentin (sucessores da *École de Nancy*) publicam uma *Revue de Psychologie Clinique et Thérapeutique*, quando a expressão era empregada correntemente por Janet (Salpêtrière).

Pode ser que Freud, atento a tudo que aparece na França, possa ter conhecido, como infere Prévost (1988), este periódico. Em carta a Fliess de 30 de janeiro de 1899, de fato escreve o fundador da psicanálise: “Percebo as relações com o conflito, com a vida, tudo isso que eu gostaria de chamar de psicologia clínica” (Freud, 1956, p. 248). Teria sido a única vez a utilizar o termo, respondem Roudinesco e Plon (1997). Repousando sobre uma clínica, o **método psicanalítico** busca

interpretar os sintomas através de uma escuta do inconsciente e não através da observação direta do paciente: “considerando a via aberta pela “A interpretação dos sonhos”, a noção não podia assim encontrar seu lugar no vocabulário freudiano” (p. 835). De sua parte, Prévost (1988) entende que ao utilizar o termo *Fruem* “não o inventa, ele responde a uma idéia que vai dormir durante vinte e cinco anos” (pp. 29-30).

Na França, pelo menos, a noção cairá em desuso até 1949, quando Lagache, com seu programa de integração da psicanálise à psicologia, imprime-lhe vigor particular. A partir dos anos 1960 a noção conhece um novo impulso “com o desenvolvimento da psicanálise de massa e a generalização dos estudos de psicologia” (Roudinesco & Plon, 1997, p. 835).

Em 1988, Prévost publica “La psychologie clinique”. Era já o volume nº 2423 da coleção “Que sais-je?”. Como que justificando a estranheza de aparecimento tão tardio, o autor, psicólogo clínico que não é psicanalista, ressalta a dificuldade da coleção (como se sabe, destinada a leigos e iniciantes) “de acolher um campo de graves querelas ou de imprimir um discurso em que cada linha seria ressentida como provocante por alguns” (p. 5). Segundo o autor, a psicologia clínica (“se ela nasceu na França”) conheceu ali todo o tempo uma existência permeada pelo conflito: com a medicina de um lado, com a psicologia experimental de outro, ela acreditou encontrar sua salvação aproximando-se da psicanálise e oferecendo-lhe em troca um “álibi universitário”. Nessa condição, teria sofrido um forte abalo em seguida aos conflitos que sacudiram a psicanálise francesa de 1963 a 1981 —que ele credita, entre outras razões, “à presença de J. Lacan e dos Lacanianos”. Formulada já no *avant-propos*, cujo primeiro item chama-se justamente “Psychologie clinique et psychanalyse”, a crítica manifesta um ponto de vista, o do psicólogo clínico :

A possibilidade de que, nesse setor, o termo psicologia fosse utilizado de outra forma que não essencialmente administrativa implicava que, ao discutir pouco o emprego do adjetivo clínico - ou seja, qualificando método, abordagem e procedimento -, a psicologia clínica, como disciplina científica “substancial”, fazia rir alguns e a outros corar de vergonha (p. 5).

Prévost, em 1988, não acha a problemática vã, e afirma que permanecia difícil a questão das relações entre psicologia clínica e psicanálise na França. As soluções propostas, que ele não enumera, pareciam-lhe polêmicas ou pessoais.

Ora, indo além de Prévost, o professor belga Huber (membro fundador da *École Belge de Psychanalyse e membro da Society for Psychotherapy Research*, da *Society for the Exploration of Psychotherapy Integration* e da *Association pour l'Étude, la Modification et Thérapie du Comportement*), em seu mais recente manual de psicologia clínica, publicado em 1993, não hesita em exprimir o desejo de que “a psicologia clínica francesa liberte-se de sua fixação na psicanálise, abandone suas querelas locais e retome o diálogo com a comunidade científica internacional” (Huber, 1993, p. 11). Os propósitos de sua exortação, sendo de franco repúdio à psicanálise (e não apenas aos “lacanianos”, como nomeia Prévost), não deveriam nos fazer corar, mas talvez fosse arriscado rir. Sobre Prévost, Huber destaca a condição de *philosophe clinicien français* e professor na Universidade Paris VII — que ele chama de o “berço de uma psicologia clínica institucionalizada”.

Minimamente “orientados”, resgatamos da Nouvelle Revue de Psychanalyse¹ um artigo de Anzieu — “La psychanalyse au service de la psychologie”, publicado em 1979 — que definiu o tema e orientou o curso desta pesquisa. Também professor na Universidade Paris VII, como Prévost, Anzieu, na luta que se travou na França pela institucionalização da profissão de psicólogo, fez parte, segundo ele próprio, do grupo chamado de “psicólogos psicanalistas”: *normaliens* e/ou *agrégés de philosophie*, eram eles igualmente diplomados em psicologia. Como tal, serão grandes adversários dos médicos na luta por uma psicanálise “leiga” e criticarão mais tarde a idéia (lacaniana) de que a psicanálise não é uma psicologia. Pertencentes, como a maioria dos psicanalistas, à associações psicanalíticas diversas, ao mesmo tempo que professores de Departamentos de Psicologia da Universidade, encontram-se neste lugar, como quer Guillaumin (1990), “que confronta e obriga a cruzar duas funções substancialmente diferentes em seus princípios” (p. 1193).

Aliás, Guillaumin, também professor na Universidade Paris VII — e que escreverá em 1990, na *Revue Française de Psychanalyse*, este “Altération culturelle de la pensée psychanalytique par le discours universitaire” — é “na origem, segundo Anzieu (1979), um puro psicólogo a quem aconteceu de ser o primeiro psicanalista não-filósofo e não-médico a se tornar professor de Universidade” (p. 63). Antes dele, eram psicanalistas que se tornaram psicólogos mas vindos da filosofia (além de Anzieu, Fédida, Sami-Ali), ou filósofos que fizeram estudos de medicina (Doron, Chiland, Laplanche), ou ainda médicos sem formação em filosofia e com *Doctorat en Lettres et Sciences humaines*, reservado no passado aos titulares de uma licença de ensino (Bergeret, Dorey). Pensando bem, o epíteto “psicólogos psicanalistas” é no fundo adequado para nomear esses psicanalistas que em número crescente após a guerra, e no momento em que a psicologia se institucionaliza na França, ocuparam as cadeiras de psicologia que então se multiplicavam nas universidades. Foram discípulos de Lagache e Favez-Boutonier, os precursores no país do ensino universitário da psicanálise. Como psicanalistas (propriamente ditos) pertencerão, com as diversas cisões sofridas pelo movimento psicanalítico francês, a diferentes associações.

Os dados da coleta bibliográfica de apoio mostram (sendo fidedignos os critérios metodológicos utilizados) que a maior parte dos artigos encontrados pertencem aos chamados “psicólogos psicanalistas” - talvez porque favorecidos ou estimulados pela procedência e pela dupla função. Ora, são eles, pela origem psicanalítica, de fato, médica, mesmo filosófica, identificados com o método clínico. Todos eles psicanalistas e professores universitários, e mais ou menos filósofos. Não são talvez mais médicos (caso o tenham sido no início) e nunca foram psicólogos experimentais. Nesse sentido, o título do artigo de Anzieu não se presta a dúvidas. Em 1979, constituindo os psicólogos clínicos maioria na França, 2/3 dos professores da habilitação em psicologia clínica eram psicanalistas.² Ora, se a psicanálise é uma psicologia como pretendia... Freud³, ela será necessariamente - não sendo uma psicologia experimental — psicologia clínica. Logo, no título “La psychanalyse au service de la psychologie”, o termo psicologia ad-

quire *a fortiori* valor metonímico graças à especificidade histórica francesa.

Finalizando seu escrito, Anzieu indaga se a anexação da psicanálise pela psicologia ou pelas ciências humanas era, em primeiro lugar, um **bom negócio para a psicanálise** — “que se banaliza, em sua prática e em sua teoria, nisso que ela veicula igualmente de marginalidade e subversão de todas as ordens em poder sobre a vida” (1979, p. 75). Em segundo lugar, se era um **benefício para a psicologia** — na medida em que certas práticas ditas “psicoterapias de inspiração psicanalítica”, autorizadas por exemplo em certos casos limites, exigiriam talvez maiores dificuldades de execução do que as curas-tipo psicanalíticas, para as quais apenas estão habilitados os psicanalistas propriamente ditos. Sua conclusão:

Uma saída concreta que se constata neste impasse é que os psicólogos tendem a se tornar, para o bem ou para o mal, “psicanalistas” entre aspas e que essas aspas tranquilizam. A sua “despsicologização” os torna atraentes aos olhos da jovem geração lacaniana, cujas teses encontram neles, reciprocamente, um eco considerável. Simultaneamente, ela os torna suspeitos de maneira crescente aos olhos seja dos defensores da psicologia dita “científica”, seja dos defensores do privilégio médico, e ela expõe a psicologia clínica a muito dissabores e perigos tanto de ordem administrativa quanto no nível de uma desvalorização da psicologia no seio da opinião pública (p. 75).

Depois do risco de uma psicologização da psicanálise, estaria vindo, alertava ele em 1979, o risco de uma “psicanalização generalizada” (a denúncia do psicanalismo⁴ ainda em pauta desde 1973). Talvez se pudesse hoje constatar que, não sendo seguida em sua temática por um grande número de trabalhos escritos (pelo menos no universo de nossa pesquisa), a reflexão de Anzieu tornou-se no entanto, com o passar do tempo, um lugar-comum - talvez porque propício também a suscitar querelas de escola.

Ficamos, assim, tentados a tomar o artigo de Anzieu como precursor (inclusive na posição anti-lacaniana, ou anti-lacanianos) do livro de Prévost - mas sem demonstrar ainda àquela altura toda a críspação de seu colega de publicação mais recente. Críspação, aliás, que Huber

parece querer transformar em declaração de guerra, quando nada, em rompimento.

Da metodologia de pesquisa

Na coleta de material bibliográfico, e a título exploratório, estabelecemos como critério metodológico diferenciar os artigos diretamente ligados ao tema - ou seja, os que tratam primordialmente da experiência francesa no tocante às relações (em particular, mas não só, institucionais) entre psicologia clínica e psicanálise - de outros que, por sua maior ou menor vizinhança temática, a ele se referem de passagem (sobretudo de passagem, dada a concisão própria do artigo). Esses últimos retomam questões relacionadas com: psicologia e psicanálise; psicologia e psicoterapia; psicologia e psiquiatria; psicologia e medicina; psicanálise e psiquiatria; psicanálise e medicina; psicanálise e instituição; e psicanálise e sua instituição. Ou, então, discutem a formação de analistas e/ou, tema que remonta a Freud e caro aos lacanianos, a transmissão da psicanálise. Enfim, e sobretudo, a questão do ensino da psicanálise na universidade, clássico freudiano desde seu nascimento (em 1902, como se sabe, Freud é nomeado *Ausserordentlicher Professor* na Universidade de Viena).

Consideramos em seguida, a (rara) oportunidade de realizar uma coleta bibliográfica que revelasse, na confrontação dos pontos de vista, o resultado direto e imediato das discussões. Escolhemos, assim, cinco periódicos (franceses), especializados e de alto conceito, e que publicaram autores que, pertencentes aos quatro agrupamentos de psicanalistas, são ou foram, para além das disputas de capela, referências reconhecidas. São eles: *Psychanalyse à l'Université* (5, dezembro de 1976, a 76, último número, outubro de 1994); *Nouvelle Revue de Psychanalyse* (1, *Printemps* 1970, a 50, último número, *automne* 1994); *Revue Française de Psychanalyse* (4, tome XXXIII, julho/agosto 1976, a 76, sem tomo, outubro de 1994), *Topic* (2, fevereiro de 1970, a 60, 1996); e *Ornicar?* (8, *hiver* 1976-1977, a 46, julho/setembro de 1988).

Através dessa pesquisa preliminar, chegamos aos livros (individuais ou coletivos), ou atas de colóquio, congressos, cursos etc.,

eventualmente publicados fora desses periódicos. Claro, a própria escolha dos periódicos foi arbitrária - mesmo se tratando dos mais conhecidos e reunindo um universo amplo e representativo de psicanalistas franceses. São todas revistas de psicanálise (trata-se assim quase sempre do ponto de vista do psicanalista) e todas publicadas em Paris - uma pesquisa mais ampla deveria certamente abranger periódicos de psicologia clínica *tout court*, além de publicações de província.

Entre os periódicos, apenas *Psychanalyse à l'Université*, como revela seu nome, tem uma ligação formal com a Universidade: publicação *Répliques*, foi até seu número 52 a revista do *Laboratoire de Psychanalyse et de Psychopathologie*, da UER (*Unité d'enseignement et de recherche*) *Sciences Humaines Cliniques da Université Paris VII*⁵ e, em seguida, até seu fechamento, do Centre de Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie. Dirigida por Laplanche, do seu comitê de redação, participaram sucessivamente Brès, Fédida, Gagey, Dayan, Gutton, Guyotat, Hochmann, Lang, André, Dorey, Lanouzière. Talvez por essa razão, nela se encontram quase todos os artigos (direta ou indiretamente) ligados ao tema, como se pode ver em nossas referências bibliográficas⁶. A honrosa exceção, e de peso, é o artigo de Anzieu, publicado, como foi dito antes, em *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, e em número dedicado a “Regards sur la psychanalyse en France”. O próprio Anzieu (1988), de certa forma, voltaria ao tema com “Lecture des Œuvres de Daniel Lagache”, em *Psychanalyse à l'Université* — aliás, um dos três artigos que escreve, entre 1986 (nº 5) e 1988 (nº 49), nesta revista do Departamento no qual ele foi todo o tempo professor.

O artigo de Anzieu, de fato original em seu gênero, não traz indicação bibliográfica (as notas de rodapé, além de esclarecimentos, contém uma só referência, e dele próprio⁷). Ele jamais voltará ao tema (como nenhum outro autor, aliás) nos inúmeros artigos que em seguida publicou em *Nouvelle Revue de Psychanalyse*⁸. Este periódico, que privilegiava os números temáticos, e de cujo comitê de redação Anzieu fez parte (junto com Gantheret, Green, Pontalis, Pouillon, Rosolato, Smirnoff, Starobinski, Gribinski, Khan), era dirigido por

Pontalis, edição Gallimard, e tinha a colaboração da *Association Psychanalytique de France* (A.P.F.). A mencionar, apenas um artigo nessa revista: “On forme un analyste”, de Enriquez (1979).

A garimpagem resultou no mesmo, ou pior, nos outros três periódicos. A sublinhar, a coincidência de todos pertencerem à associações psicanalíticas. A *Revue Française de Psychanalyse* é o órgão oficial da *Société Psychanalytique de Paris* (S.P.P.), *Section Française de l'Association Psychanalytique Internationale*. Publicação PUF (!), em seu comitê de direção estiveram Bonaparte, Bouvet, Cenac, Nacht, Pasch, de Saussure, Schlumberger; redator-chefe: Lebovici; redatores: Gendrot, Marty, Sauget (a secretária, Berman, foi quem traduziu, mal, para o francês os escritos técnicos de Freud). Deve-se em todo caso mencionar, até por curiosidade, o artigo (*démodé*) assinado em conjunto por Nacht, Lebovici e Diatkine (1960) e intitulado “L'enseignement de la psychanalyse”. Exatos trinta anos depois, em 1990, no mesmo periódico, Guillaumin (1990) escreverá “Altération culturelle de la pensée psychanalytique par le discours universitaire?”. Será o único a abordar o tema (pelo menos no tempo coberto por nossa pesquisa).

Topique (Revue Freudienne), edição Dunod, que responde pelo *Quatrième Groupe*, foi fundada e dirigida, até sua morte, por Aulagnier. Em seguida, a partir do nº 46 (dezembro de 1990), por um comitê de direção composto por Mijola-Mellor, Valbrega e Zaltzman. Têm feito parte sucessivamente de seu comitê de redação: Baranger, Benoit, Castel, Valbrega, Enriquez, Zaltzman e Mijolla-Mellor. Escreveram, ainda, freqüentemente nessa revista Dayan, Schneider, Sabourin, Rosolato, Mijolla etc. Nenhum artigo sobre psicologia e psicanálise, psicanálise e universidade, nem mesmo sobre transmissão da psicanálise consta em seus números, que tendiam a privilegiar - como era em “Nouvelle Revue de Psychanalyse” de maneira exclusiva - edições de mesmo conteúdo temático.

Ornicar?, Bulletin périodique du Champ Freudien, dirigido por Miller, redação, colaboração ou secretaria de redação: Silvestre, Ribettes, Doisneau, Adam e Waschberger. Edição Navarin, ninguém ignora sua íntima relação com o Departamento de Psicanálise Paris

VIII. Entre outros autores, escreveram nessa revista Cottet, Millot, Melman, Laurent, Milner, Lemoine, Leguil, Regnault, Silvestre, Soler, Pommier. Geralmente dividido em seções (*travaux, études, texte, cas...*), contém títulos de artigos e temáticas tão variados e criativos que quase se pensaria em reabilitar o termo “psicanálise aplicada” dos tempos da “Sociedade de Psicologia da Quarta-feira”. Ainda assim, e apesar de Paris VIII, nada escreveram em nosso benefício, mesmo se o período pesquisado da revista (entre 1976 e 1988) coincida em seu início com o de *Psychanalyse à l’Université*, e que cobre os anos dourados dessas discussões. Dada a estreita, ainda que não oficial, relação com a academia, poderia ser (mas não foi) que as preocupações girassem em torno da questão da transmissão e do ensino da psicanálise, inclusive no espaço da universidade.

Enfim, o livrinho de Prévost traz uma bibliografia geral de dez títulos: um dele próprio, um livro clássico de Janet, dois não menos clássicos de Lagache, um livro de história, outro mais “especializado” (sobre cognição): “analyse spectrale de la psychologie”, um manual de Psicologia e dois manuais de Psicologia Clínica — entre os quais o de Huber, de 1987 (o anterior ao já citado). Aliás, foi então que começaram as citações recíprocas: primeiro Huber citou Prévost em 1987, que citou Huber em 1988, que citará Prévost em 1993. Em uma palavra, quase nada acrescentam à nossa bibliografia. Não fica assim difícil delimitar, no universo talvez ainda restrito desta pesquisa, os autores que se dedicaram mais ou menos ao assunto: Anzieu, Gagey, Guillaumin, psicólogos psicanalistas, Prévost, psicólogo clínico. E, no enquadramento de seus manuais, Huber.

Das questões a considerar

Não seria este um *affaire* personalizado e restrito hoje em dia? Um exagero a denúncia de Huber e Prévost sobre os pressupostos “malefícios” (institucionais, administrativos) causados à psicologia clínica francesa pela psicanálise? O que restou do risco de uma “psicanalização generalizada”, que Anzieu temia em 1979? Teriam sido vãs as discussões que, sobretudo a partir de 1968, tenderam a ressaltar as diferenças (teóricas, epistemológicas, institucionais) entre psicologia

clínica e psicanálise? Em que medida a psicanálise prescinde hoje da psicologia clínica para se institucionalizar na universidade? etc.

Sejam quais forem as respostas dadas a essas questões, elas terão de levar em conta o projeto de uma certa psicologia clínica francesa, imaginada por Lagache e Favez-Boutonier e edificada sob a égide de uma “*unité de la psychologie*” (conforme o título do livro clássico de Lagache, 1949). Ainda em 1977, e a propósito do Bulletin de Psychologie (número especial), consagrado em 1976 à psicologia clínica e dedicado a Favez-Boutonier, pode-se ler neste *compte rendu* de Revaut d’Allonnes (1977):

Na amplitude do campo aí compreendido, a diversidade dos sujeitos, modos e níveis de abordagem, as contribuições exprimem o estado da psicologia clínica hoje, suas contribuições inegáveis, os problemas que ela coloca e os que se coloca. Encontram-se ali confirmados o valor da atitude clínica, trama comum que sustenta trabalhos muito diversos, o peso da experiência que os alimenta, os resultados de aproximações agora confirmadas. A ambigüidade não foi inteiramente suprimida, sente-se as dificuldades de um pensamento teórico, conceitual, que seja próprio à psicologia clínica, e de uma delimitação sobre esse plano da especificidade, notadamente em relação à psicanálise, à psicopatologia e à psicologia social... Ainda assim, ao mesmo tempo que a prática se desenvolve, a pesquisa clínica progride. Em relação às contribuições do primeiro número especial consagrado à psicologia clínica, podemos ressaltar o maior impacto de trabalhos teóricos e metodológicos, a maior precisão na instrumentação e a delimitação de campos de pesquisa privilegiados: o nascimento e a criança pequena, os grupos, a criminologia, a metodologia clínica e notadamente as técnicas projetivas, a atividade profissional do psicólogo clínico, a dimensão institucional, enfim, a reflexão instrumentada sobre a pedagogia da psicologia clínica na universidade (pp. 735-736).

Uma imagem talvez idílica da psicologia clínica francesa? Certamente aqui e ali conciliador, mesmo ornado de lugares-comuns tranquilizadores e otimistas que em nada lhe diminuem a importância, o texto acima, de 1977, não parece anunciar os riscos que Prévost reclamaria para si ao tentar escrever, em 1988, o livro sobre psicologia clínica nos moldes da coleção “Que sais-je”. Foram (são?) Revaut d’Allonnes e Prévost colegas no Laboratório de Psicologia Clínica

(onde a primeira foi inclusive sucessora de Favez-Boutonier em sua direção). A filiação comum poderia nos induzir a aproximá-los ao ler o seguinte comentário de Prévost sobre as conseqüências de maio de 1968 para a institucionalização da psicologia clínica:

Ninguém contesta que foi o grupo [em nota de rodapé: “Jacques Gagey, Pierre Fédida *et nous-même*”], que cercava Juliette Favez-Boutonier —, assim como alguns psico-sociólogos [...] não ortodoxos em suas disciplinas (P. Arbousse-Bastide, Ophélie Avron, André Levy), que, tornando-se a UER de Ciências Humanas Clínicas, devia obter *en première* francesa o reconhecimento do título nacional universitário de psicólogo clínico pelas autoridades tutelares, dando assim a impulsão da qual vemos os imensos resultados (pp. 84-85).

Prévost é, no entanto, habitualmente crítico no seu livro e, sobre a questão, um dos autores que contam. Ora, onde ele vislumbra imensos resultados e perspectivas que se alargam para a psicologia clínica, “preocupada em traçar seus limites e afirmar sua autonomia” (p. 6), Huber, como vimos, não hesita em conclamar o retorno da psicologia clínica à comunidade internacional...

Propedêuticas...

Aprendemos com Anzieu (1979) que a luta dos psicólogos franceses pela autonomia científica e por um exercício profissional independente resultou, em 1947, na criação, em termos nacionais, de uma “*licence de psychologie*” - em substituição ao antigo “*Certificat d’études supérieures de Psychologie*”, cujo ensino era bancado pelas Faculdades de Letras e no enquadramento de uma licença de filosofia. Isso implicou no surgimento paulatino de Departamentos de Psicologia, com seus laboratórios anexos e lugares de estágio, num Doutorado de 3º Ciclo em Psicologia e no recrutamento de universitários ao mesmo tempo professores, *praticiens* e pesquisadores.

A busca da autonomia da psicologia universitária - particularmente facilitada pela concepção positivista então dominante na filosofia das ciências (a filosofia como tronco comum a todas as ciências) e pelo interesse que os filósofos franceses demonstraram pela psicologia depois de dois séculos - assentou-se de fato sobre dois grandes

eixos: por um lado, afastar-se do ecletismo e do academicismo de uma “certa filosofia universitária francesa”, caracterizada, seja pela prevalência de uma introspecção solitária sobre a experiência, seja pela conceituação atrelada às grandes doutrinas filosóficas. Por outro lado, fornecer uma formação que, além dos conhecimentos, colocasse os estudantes em contato com os fatos, que os familiarizasse com as técnicas e métodos, que os iniciasse em teorias especificamente psicológicas e os preparasse para práticas concretas.

O resultado imediato da conquista da autonomia universitária - que coincidiu com a expansão econômica em marcha no pós-guerra - foi a multiplicação das cadeiras de psicologia, em conseqüência do número crescente de estudantes em busca da nova profissão. Essas cadeiras foram ocupadas por psicanalistas. Com isso, sempre segundo Anzieu (1979) (e aqui em tese tornada clássica e retomada, como vimos, por Prévost), a psicanálise teria prestado à psicologia dois tipos de ajuda: primeiro, como apoio teórico e segundo, como exemplo, mesmo modelo, de prática. Em troca, “a psicologia serviu de veículo de propagação da psicanálise em um país muito tempo indiferente ou reticente a seu respeito” (p. 59). Dito de outra maneira, para a psicologia tratava-se então de firmar, para além do plano institucional, uma posição autônoma também no plano teórico e prático. Ou seja, num primeiro momento neutralizar a orientação dita “naturalista” e “experimentalista” (representada na psicologia pelas teorias do condicionamento, do comportamento, da aprendizagem) e priorizar a vertente que Lagache qualificou de “humanista” e “clínica”. A psicologia ocuparia assim, “no leque das disciplinas intelectuais, um lugar não somente específico mas eminente, como ponto de articulação das ciências da natureza e das ciências humanas” (p. 64).

Ora, essa vertente só podia encontrar seu modelo na psicanálise, cuja metodologia clínica serviu de base para caracterizar àquela da psicologia. Assim, a entrevista clínica, o teste projetivo, o pequeno grupo não diretivo constituíram-se em extensões, variantes ou particularizações do método próprio do tratamento psicanalítico, ou seja, a associação livre (a outra dimensão, transferencial, é reduzida ou negligenciada). A observação do sujeito em uma situação-proble-

ma (por exemplo, um exame através de testes de atitude) permitiria inferir conteúdos latentes inconscientes a partir de signos manifestos (sobre o modelo da interpretação dos sonhos e da primeira tópica freudiana). Em uma palavra, a integração do inconsciente dava à psicologia sua especificidade em relação à neurologia e à psicofisiologia, de um lado, e em relação à filosofia (que jamais se interessou pelo inconsciente), de outro (p. 65).

São essas, resumidamente, as proposições de base do artigo, a partir das quais Anzieu discutirá as (inúmeras) conseqüências do fato de ter sido “a psicologia um dos canais que favoreceram o desenvolvimento da psicanálise na França” (p. 73). Ele percorre, em primeiro lugar, as seguintes: o acesso dos psicanalistas às cadeiras universitárias; a impulsão dada à uma psicanálise aplicada aos grupos e instituições; o maior interesse dos psicólogos psicanalistas (formados prioritariamente nas psicoterapias infantis) pelo ponto de vista genético, em um país onde a psicanálise é majoritariamente abordada segundo um ponto de vista estrutural; enfim, a forte resistência dos meios psicológicos às influências lacanianas.

Evidentemente que cada um desses segmentos, como se pode ver pelo próprio artigo, apresenta um grau de interesse maior ou menor e eventualmente se cruzam a meio-caminho, vertentes que são de um mesmo movimento que se prolonga no tempo. Começando pelas proposições de Lagache em 1949, evidenciado sobretudo nas lutas pela legalização do certificado de Psicologia Clínica (obtido em 1967), e objeto de discussões constantes entre 1976 e 1983, parece continuar ainda em aberto, como testemunham, por exemplo, as datas de alguns dos textos citados até agora (1979, 1988, 1990 e 1993).

Este movimento teve incontestavelmente, durante duas décadas, um *maître à penser*: Lagache (e não sem razão, no artigo de Anzieu, ele é a figura central). Psicanalista e *psychologue praticien* que tinha trabalhado nos domínios da orientação profissional e da criminologia e, desde 1947, professor da cadeira de psicologia da Sorbonne (atual Paris VII), ele foi também o detonador da criação, em 1949, de uma *licence de psychologie* em nível nacional. A realização desse projeto contou ainda, a partir de 1955, com um *esprit réalisateur*: Favez-

Boutonier.⁹ O projeto em si será colocado em questão pelo *trouble-fête* de costume, adversário histórico de Lagache e inspirador do Departamento de Psicanálise de Paris VIII: Lacan. E, ao mesmo tempo e depois, contará com os herdeiros ou colaboradores de Lagache, mais ou menos críticos: sobretudo o próprio Anzieu, Gagey, Guillaumin, psicólogos psicanalistas, e Prévost, psicólogo clínico. Enfim, produzirá uma via alternativa no seio mesmo da psicologia clínica institucionalizada: Laplanche.

Na via aberta por Lagache

A abordagem clínica, como condição para afastar-se de sua origem médica e psiquiátrica, devia ser aplicável, segundo Lagache, ao indivíduo normal. Definindo-a como o estudo do homem concreto e completo face às situações, ele a via como a investigação sistemática e tão exaustiva quanto possível dos casos *individuais* — o que *teoricamente*, segundo Roudinesco, nada quer dizer. A autora tem razão, pelo menos se essa investigação não levar, segundo o paradigma científico sempre em vigor, a alguma forma de generalização. Sobre tudo porque havia ainda a noção de *personologie* que, designando a “ciência” saída da psicologia clínica, deveria permitir “compreender as interações entre os elementos essenciais da personalidade e sua configuração de conjunto”. Roudinesco (1986) entende que seria a mesma coisa dizer que a *personologie* “nada compreendia, pois ela não existe”: na busca desses “elementos essenciais da personalidade” — norteadas justamente, ao nosso ver, pelo critério de generalização —, Lagache não hesitava em se apoiar em testes, interrogatórios, prognósticos, orientação, coisas sem nenhuma relação “nem com uma clínica nem com uma teoria da personalidade” (p. 232).

Em 1979, Anzieu não se dá conta dessa objeção; e explica que o exame desses casos individuais compreendia a observação das reações verbais e afetivas do sujeito; uma ou várias entrevistas aprofundadas, para reconstituir a anamnese e também... testar seus níveis de tolerância, circunscrever seus pontos fracos, desencadear um processo associativo e eventualmente promover tomadas de consciência; enfim, compreendia a aplicação de testes projetivos (p. 65). A interpretação dos dados seguiam três postulados: **dinâmico** (a investi-

gação dos conflitos, no sentido freudiano), **interrelacional** (interação do indivíduo e do meio, considerando a totalidade inacabada do ser segundo um modelo sartriano) e **genético** (apreensão da história de um sujeito em termos de evolução e resultado global).

Segundo Prévost (1988), a psicologia das condutas, que remonta a Janet, seria a chave necessária à compreensão do pensamento de Lagache. Janetiano e freudiano ao mesmo tempo, a psicanálise era para ele uma “psicologia das condutas”: “a conduta do psicanalista consistia no essencial em fazer, nas condições muito particulares de ‘laboratório’, a síntese interpretativa dos fragmentos de conduta fornecidas pelo paciente” (p. 73). Bastaria comparar os procedimentos do psicanalista com os do psicólogo clínico: derivados dos três postulados acima descritos, seriam os fins práticos da Psicologia clínica **curar** [guérir] doentes, **educar** crianças, **aconselhar** adultos e, acrescenta Roudinesco (1986), reclassificar [reclasse] inadaptados (p. 232). O psicanalista seria “um psicólogo clínico que se limita a tratar e a utilizar uma só técnica (a investigação psicanalítica), entre cinco ou oito, mas utilizando-a a fundo” (Prévost, 1988, pp. 73-74): uma “ultra-técnica”, portanto. De sua parte, a psicologia clínica seria mais heterogênea e vasta quanto às suas fontes de informação, e uma prévia no começo da análise propriamente dita. Enquanto psicanalista, Lagache começava por “sessões face à face”, afim de verificar as indicações do tratamento, mesmo antecipar um ou outro episódio da vida do paciente. Ele sabia “que alguns psicanalistas [chamavam] essa fase de ‘análise de exploração’”, mas preferia “considerar de sua parte que se [trata] da velha e boa psicologia clínica” (p. 74). O clínico devia se beneficiar da experiência psicanalítica, que tornava a observação mais minuciosa e penetrante — na condição que “a interpretação não ocasionasse a perda do senso crítico, sob pretexto de que é o ‘inconsciente’ do psicanalista que deve trabalhar, etc.” (Lagache, 1979, p. 170).

A *boutade* certamente procede se levamos em conta tanta levianidade na utilização do jargão lacaniano — mas não o suficiente para esconder pelo menos duas limitações de peso com as quais se deve defrontar o psicólogo clínico lagachiano. Sendo a psicologia clínica uma psicologia dinâmica, para a qual “todo ser aparece em conflito com o mundo, os outros, consigo mesmo” (Anzieu, 1979, p. 65), a

análise psicológica consiste “em desatar assim os nós [*démeler les emboîtements*] desses conflitos”. Na sua tentativa para “desatar os nós”, o psicólogo clínico lagachiano, segundo Anzieu, limitar-se-ia, em geral, a se ocupar do **ponto de vista dinâmico**. Ora, este conduz aos pontos de vista **tópico** e **econômico**, nos quais “apenas um psicanalista bem formado e bem experimentado pode-se sentir à vontade” (p. 66). Para nós, esta seria a primeira limitação... de competência, por assim dizer.

A segunda limitação, mais grave, é de ordem ético-epistemológica. Ocorre que essa “investigação minuciosa e penetrante” se faria em condição tal que o psicólogo clínico quase não pode trabalhar se ele não mantém boas relações com seu paciente (Prévost, 1988, p. 74). Logo, **transferência positiva** com Freud, **sugestionabilidade** com Bernheim e Escola de Nancy - nesse caso, sempre pesará a suspeita da utilização massiva, acrítica da sugestão na clínica psicológica. Ou mesmo quanto ao próprio limite (clínico ou de investigação), ainda que crítico, de seu uso. Afinal, já nos lembrava Ferenczi (1982), enquanto “na sugestão todo o trabalho do médico visa manter e reforçar esse agente ativo, sua própria autoridade e a credulidade e dependência do paciente, a psicanálise se permite apenas fazer dele um recurso provisório” (p. 151). A psicanálise faz mais: problematiza-o e toma-o como objeto de análise, ou seja, ela busca realizar uma investigação sobre a própria transferência, visando justamente, no limite, sua **resolução**.

Como dar conta desses impasses (e de todos os outros)? Como defender uma continuidade de fato entre a prática do psicanalista e a do psicólogo clínico lagachiano? Para Lagache, no entanto, a psicologia clínica, apoiando-se na psicanálise em termos de fundamentação teórica e como modelo operatório, devia ser “compatível com as outras orientações teóricas e metodológicas da psicologia” (Anzieu, 1979, p. 66). Desde 1949, considerando que o conflito entre Psicologia experimental e Psicologia clínica era um momento ultrapassado na história da Psicologia, ele estimava que a unidade da psicologia devia resultar do apoio mútuo que se prestam o método experimental e o método clínico. Sem negar o conflito, via no reconhecimento pelos clínicos dessa tensão dinâmica no interior mesmo de sua própria disciplina a possibilidade de um resultado fecundo (Anzieu, 1979, p. 67).

Lagache não teria tido contudo razão: enquanto Lacan postulava a irredutibilidade de toda psicologia à primazia da determinação inconsciente — “a psicologia não poderia ser senão o objeto de uma ilusão imaginária, da qual a psicanálise explica as competências e os impasses (*enjeux*)” (Gagey, Gory & Miolan, 1983, p. 309), ele apostava, ao contrário, na sua integração: “contra o dinamismo ao qual ele deve em parte sua formação, ele repensa a unidade da psicologia sob a categoria de uma filosofia da consciência...” (Roudinesco, 1986, p. 234). Apoiando-se sobre os trabalhos de Lewin, a partir de 1951 cria um laboratório que tinha por tarefa renovar “a psicologia da vida social”. Dois anos mais tarde, favorece o relançamento do experimentalismo, tornando-se diretor do Instituto de Psicologia da Universidade de Paris. As duas correntes teriam liquidado o projeto unitário da psicologia clínica, “muito próximo para eles da psicanálise e não suficientemente ‘científica’ aos olhos de um modelo neo-fisiológico ou neo-biologista”. A “batalha unitária” ter-se-ia perdido na medida em que, no meio analítico, Lagache era um psicólogo e, entre os psicólogos, ele dava a impressão de ser psicanalista (Roudinesco, 1986, p. 234).

O golpe de misericórdia viria de Canguilhem, que assistiu, entre 1941-1942, aos cursos de Lagache e sua apresentação de doentes. Em 1956, o epistemólogo francês pronuncia uma “admirável conferência” sobre a psicologia, reproduzida dez anos mais tarde em *Cahiers pour l’Analyse*. Ainda que prestando homenagem ao amigo Lagache, ele ataca o conjunto de seu edifício, tratando a psicologia de filosofia sem rigor, de ética sem exigência e de medicina sem controle. Canguilhem teria assim inaugurado o caminho que, após a ruptura entre Lagache e Lacan (em torno de 1966) e na *École Normale Supérieure*, possibilitaria aos alunos de Althusser, futuros jovens lacanianos, a travar “um combate anti-psicologizante que reduzirá a um nada teórico o entendimento lagachiano” (Roudinesco, 1986, p. 234).

Para Anzieu (1979), que foi analisando de Lacan e orientando (de tese) de Lagache, a tentativa de integrar a psicanálise à psicologia teria sido, ao contrário, **em parte** bem sucedida - **a psicanálise como um caso limite da situação clínica e um modelo psicodinâmico** -, o

que explicaria porque foram, segundo ele, “os meios psicológicos que ofereceram na França maior resistência à influência lacaniana que os outros meios: filosóficos, literários, mesmo psiquiátricos” (p. 68). Prévost (1988) levanta mesmo (a seu favor) a seguinte tese: Lacan ter-se-ia convencido de que, na França, a reticência à psicanálise vinha da filosofia e da medicina, ou seja, dois dos corpos poderosos da cultura francesa - mas esta resistência se dirigia, antes, para a psicologia, tida pela primeira como “acessória e pela segunda, por várias razões, como perigosa” (p. 82). Tratava-se então, para Lacan, de extrair a psicanálise da psicologia e, acessoriamente, atacar uma “psicologia geral” centrada no eu — apresentada como o resultado de uma contaminação anglo-saxônica, cuja sede era a Associação Internacional de Psicanálise.

Seja como for, entre 1945 e 1968 a psicanálise é ensinada na universidade, na via aberta por Lagache, sob a etiqueta da psicologia patológica e segundo uma tradição mais janetiana que freudiana. Seus alunos universitários já ocupam posições importantes e a unidade da psicologia, na prática, traduz-se em disputas entre experimentalistas, de um lado, e partidários da psicologia social, de outro, contra a psicologia clínica, “que continua a não existir” (Roudinesco, 1986, p. 552). Em 1955, Lagache assume a cadeira de psicologia patológica na Sorbonne. Favez-Boutonier o substitui na cadeira de psicologia geral, ainda que desejasse mais engajar-se na luta que visava um estatuto para a psicologia clínica. Nesse sentido, seu papel de destaque será sempre muito maior no plano institucional. Na prática clínica, nuançando a posição de Lagache, ela recusa o **exame psicológico**, a seu ver excessivamente médico, em favor de uma acentuação na **evolução da personalidade**. Não trabalha com a transferência e o divã, como o psicanalista, mas no terreno institucional. Em uma palavra, se “Lagache visava, contra a medicina, a unidade da psicologia, Favez-Boutonier combate a medicina favorecendo uma clínica psicológica sem a etiqueta da unidade” (Roudinesco, 1986, p. 552). Mais de dez anos passariam antes que ela conseguisse criar, em 1966, um “*certicat optionnel de psychologie clinique*”, no enquadramento de uma licença de psicologia, e instalar um laboratório. Acolhido de braços

abertos pela administração, “o certificado de psicologia clínica permanece uma ficção, pois essa disciplina só existe na cabeça de seus partidários: ou a clínica é psicológica e ela deve desaparecer, ou ela é médica e deve ser anexada à medicina” (Roudinesco, 1986, p. 553). Apesar das ameaças de um processo da Ordem dos médicos contra uma clínica ensinada sem a cobertura médica, Favez-Boutonier segue em frente e aceita inscrições dos estudantes. De seus assistentes na época, três são nossos conhecidos: Prévost, Gagey, Férida.

Já em torno de 1968 os herdeiros de Lagache estariam vivendo uma situação paradoxal, no sentido de que “a via aberta à psicanálise sob a etiqueta da psicologia torna-se a via de uma implantação da psicologia clínica, na qual a psicanálise ocupa uma posição secundária e frequentemente efêmera [*de strapontin*]” (Roudinesco, 1986, p. 554). Teria sido a contestação estudantil que permitiu, enfim, a implantação da psicanálise na universidade como saber capaz de ser ensinado, mesmo como teoria. A idéia de Gagey, por exemplo, em entrevista a Roudinesco, era de que a psicologia é a psicologia clínica, sustentada por sua vez pela psicanálise. Parecia-lhe de todo modo evidente, antes mesmo de maio de 1968, a inexistência da unidade da psicologia, incapaz de servir aos estudantes que chegavam ao mercado de trabalho da terapia. Sendo impossível às sociedades psicanalíticas dar conta do grande número de terapeutas, Gagey acreditava ser possível gerir a psicanálise fora das sociedades e através da psicologia clínica (Roudinesco, 1986, p. 554).

Verifica-se uma ruptura no seio da própria psicanálise francesa: se “no imediato pós-guerra a psicanálise deve conquistar um estatuto através de seu próprio movimento institucional [...], em 1968 trata-se, para os psicanalistas, de se evadir das sociedades reféns do gigantismo, do dogmatismo ou da esclerose” (Roudinesco, 1986, p. 554). 1968 é também o ano da implantação de Paris VIII. Para a autora, a experiência de Vincennes-Paris VIII instalará pela primeira vez “em terreno universitário um ensino psicanalítico desligado de toda enfeudação à medicina e à psicologia” (p. 557). Ela não tergiversa: se as UER de Paris VII e de Paris V congregam professores que vêm em sua maioria da E.F.P. e da S.P.P., em Paris VIII concentram-se apenas os lacania-

nos. Enquanto Paris VIII toma impulso, este é também o momento em que se abre a grande crise institucional na Escola Francesa de Psicanálise (E.F.P.), com a criação do *Quatrième Groupe* e com a divisão do movimento lacaniano em várias tendências.

Tal caminho de investigação - a experiência de implantação em Paris VIII de um ensino psicanalítico universitário - será (terá sido) sem dúvida rico de ensinamentos. Curiosamente, dez anos depois de Vincennes, Anzieu dedica-lhe apenas uns poucos parágrafos (incluindo a denúncia do risco do psicanalismo). Contudo, em Vincennes, um (raro) Departamento de Psicanálise, o problema da assimilação da psicanálise pela psicologia não se coloca mais no nível institucional, e torna-se secundário como questão teórica. Pareceu-nos assim mais oportuno, até mesmo por uma contingência histórica, começar a pesquisa por Paris VII (“o berço da psicologia clínica institucionalizada”). Este artigo pretendeu ser dela um primeiro *compte rendu*, e um convite ao trabalho.

Referências

- Anzieu, D. (1979). La psychanalyse au service de la psychologie. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 20, 59-75.
- Anzieu, D. (1988). Lecture des Œuvres de Daniel Lagache. *Psychanalyse à l'Université*, 13(49), 147-152.
- Atlan, H. (1986). *A tort et à raison: intercritique de la science et du mythe*. Paris: Seuil.
- Castoriadis, C. (1978). *Les carrefours du labyrinthe*. Paris: Seuil.
- Enriquez, M. (1979). On forme un analyste. *Nouvelle Revue de Psychanalyse*, 20, 261-288.
- Ferenczi, S. (1982). Présentation abrégée de la psychanalyse. In *Psychanalyse*, IV. Paris: Payot.
- Fleig, M. (1998). *Transmissão e ensino da psicanálise: os impasses e seduções da Universidade*. C. da APPOA, 61, 29-35.
- Freud, S. (1956). *La naissance de la psychanalyse*. Paris: PUF.
- Freud, S. (1996). Nouvelle suite des leçons d'introduction à la psychanalyse. In *Œuvres complètes* (vol. XIX, pp. 83-268). Paris: PUF (Obra original publicada em 1933).
- Gagey, J., Gory, R., & Miolan, Cl. (1983). Psychologie clinique et psychanalyse: d'une inquiétante familiarité. *Psychanalyse à l'Université*, 8(30), 305-314.

- Guillaumin, J. (1990). Altération culturelle de la pensée psychanalytique para le discours universitaire? *Revue Française de Psychanalyse*, V, 1186-1203.
- Huber, W. (1987). *La psychologie clinique aujourd'hui*. Bruxelles: Pierre Mardaga.
- Huber, W. (1993). *L'homme psychopathologique et la psychologie et psychologie clinique*, Paris: PUF.
- Lagache, D. (1949). *L'Unité de la psychologie: Psychologie expérimentale et Psychologie clinique*. Paris: PUF.
- Lagache, D. (1979). *Œuvres complètes*, t. II. Paris: PUF.
- Mezan, R. (1999). "Psicanálise e pós-graduação: notas, exemplos, reflexões". *Manuscrito-não publicado*.
- Nacht, S., Lebovici S., & Diatkine R. (1960). L'enseignement de la psychanalyse. *Revue Française de Psychanalyse*, XXIV, 225-240.
- Prévost, Cl.-M. (1988). *La psychologie clinique*. Paris: PUF.
- Revaut d'Allonnes, C. (1977). "Psychologie clinique II", *Psychanalyse à l'Université*, 2(8), 735-736.
- Roudinesco, E. (1986). *La bataille de cent ans. Histoire de la psychanalyse en France, II (1925-1985)*. Paris: Seuil.
- Roudinesco, E., & Plon, M. (1997). *Dictionnaire de la psychanalyse*. Paris: Fayard.

Nota

¹ Posteriormente, fazendo uma (re)leitura do livro de Prévost, verifiquei que o artigo de Anzieu é ali citado de passagem, sem estar listado na bibliografia geral.

² "A penetração [da psicanálise] foi, entretanto, muito menor no *Centre National de la Recherche Scientifique*, onde uma Comissão agrupa todos os psicólogos, da psicofisiologia à psicanálise. Mas, em razão de uma domina-

ção do espírito experimentalista, os pesquisadores dedicados a um tema psicanalítico são raros e pouco duráveis. A exceção mais notável é representada por Pontalis (também ele agrégé de philosophie e não-médico), que ali foi incorporado durante vários anos como *chargé*, depois como *maître de recherches*” (Anzieu, 1979, p. 63).

³ Por exemplo: “Enquanto ciência especializada, ramo da psicologia – psicologia das profundezas ou psicologia do inconsciente...” (Freud, 1933/1996, p. 242).

⁴ Cf. Castel, R. (1973) *Le psychanalysme*. Paris: Maspero, e Gressot, M. (1979). *Le royaume intermédiaire*. Paris: Presses Universitaires de France

⁵ No n.º. 22, acrescentou-se o redundante *publié avec le concours de l'Université Paris VII*, ao qual será acrescentado, a partir do n.º. 34, do “Centre National de Lettres”. A partir do n.º. 53, tornando-se um periódico do “Centre de Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie”, é publicada *avec le concours* (apenas) do “Centre National de Lettres”. A partir do n.º. 62, torna-se uma revista interdisciplinar do “Centre de Recherches en Psychanalyse et Psychopathologie” (ParisVII), do “Centre de Recherches et d'études freudiennes” (Paris X – Nanterre) e do “Centre de Recherches en Psychopathologie” (Paris XIII – Villetaneuse).

⁶ Um desses artigos (Gagey, Gory & Miolan, 1983) revelou-se relativa fonte de indicações (ou confirmações): *três* “Bulletin de Psychologie”: o primeiro, de 1969-70, sobre *Psychologie clinique*, no qual o próprio Anzieu publicou “Le psychodrame analytique collectif et la formation clinique des étudiants en psychologie”; o segundo, de 1974, sobre psychologie sociale clinique et psychanalyse; enfim, o terceiro, de 1976, sobre psicologia clínica; dois artigos de Gagey, “Psychologie clinique”, de 1980 e “Le psychologue et la psychologie” de 1981, publicados, respectivamente, em “Encyclopédie Médico-Chirurgical” e em “Informations sociales”, do C.N.A.F. (e não em “Psychanalyse à l’Université”, onde Gagey era um dos redatores); enfim, *à paraître*, informavam os autores, um artigo de Guillaumin, “Psychologie clinique et psychanalyse: l’Avenir d’une désillusion”, comunicação de um colóquio, de 1981, cuja pauta prometia: justamente *Psychologie Clinique et Psychanalyse*. Mais tarde, Guillaumin participaria de uma obra coletiva (junto com Le Guen, Flournoy, Stengers), “La Psychanalyse: une science?”, publicada em 1989, com o artigo “La psychanalyse comme science dans une théorie générale de la ‘représentation’”, onde, segundo ele, ao invés de tratar dos efeitos da “pesquisa universitária” como tal sobre o pensamento psicanalítico, ele discute

relações do modelo heurístico implicado pela *épistémé* psicanalítica com o modelo próprio às exigências próprias à Universidade” (Guillaumin, 1990, p. 1194). Guillaumin publicou, ainda, em *Topique* e, professor em Paris VII, não o fez uma vez sequer em “Psychanalyse à l’Université”.

⁷ Anzieu, D. (1975). *Le Groupe et l’inconscient*. Paris: Dunod, sem nenhuma relação com o nosso tema.

⁸ Anzieu publicou 28 artigos em *Nouvelle Revue de Psychanalyse*. Em contrapartida, assim como Green, seu colega na revista e na A.F.P., em *Psychanalyse à l’Université* ele publicou apenas no seu início: “Une cité psychanalytique”, em 1976 (nº. 5) e, também como Green, mais de dez anos depois: “Influence comparée de la langue et de la culture françaises et germaniques sur l’auto-analyse de Freud”, em 1987 (nº. 48) e “Lecture des Oeuvres de Daniel Lagache”, em 1988 (nº. 49).

⁹ Se Lagache foi quem primeiro valorizou o termo “psicologia clínica”, dando-lhe uma acepção específica, deve-se à Favez-Boutonier a instauração da psicologia clínica na universidade francesa e seu reconhecimento como domínio de pesquisa e objeto de ensino, através da criação do Laboratório de Psicologia Clínica da Sorbonne, em 1959, do Certificado de Psicologia Clínica, em 1967, da UER das Ciências Humanas Clínicas, em 1970 (Cf. Revaut d’Allonnes, 1977, pp. 735-736).

Fernando Aguiar, doutor em Filosofia pela Université Catholique de Louvain (Bélgica), mestre em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais, é professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Endereço para correspondência: Departamento de Psicologia - CFH – UFSC, Campus Universitário – Trindade, 88049-970, Florianópolis, SC. Telefone: (0**48)331-9904 (Secretaria); telefone/fax: (0**48)331-9984 (Pós-Graduação).
E-mail: fabs@cfh.ufsc.br.

Sobre o autor

Recebido em 04.10.99
Revisado em 17.04.00
Aceito em 09.06.00